



Alvaro diz que é preciso recolocar CPI “nos trilhos” 3

Ana Amélia cobra recursos de programa de transporte 3

Para Requião, dívida poderia ser trocada por investimento 2

Conselho pode decidir hoje sobre Demóstenes

Advogados do senador entraram na sexta-feira com pedido de liminar no STF para adiar a votação por dez dias, depois que o primeiro mandado de segurança, pedindo suspensão do processo, foi rejeitado pelo tribunal

A cassação do mandato de Demóstenes Torres pode ser votada hoje no Conselho de Ética, logo após a apresentação do relatório de Humberto Costa, às 14h30, considerando se houve ou não quebra de decoro parlamentar. O presidente do conselho, Antonio Carlos Valadares, explica que o prazo para a votação previsto no Regimento Interno é de

até dez dias após a apresentação do relatório. “Ou seja, pode ser no primeiro, no segundo e até no nono ou décimo”. Quanto ao primeiro mandado dos advogados de Demóstenes, que alegou cerceamento de defesa devido ao indeferimento do pedido de realização de perícia em gravações telefônicas feitas pela Polícia Federal, o STF considerou que o assunto “é questão do Senado”. **3**



Senador Demóstenes Torres alega cerceamento de defesa em pedido de adiamento ao STF

Waldemir Barreto/Agência Senado

Jane de Araújo/Agência Senado



Parlamentares, como Marco Maia (C), Cícero Lucena e Fernando Collor (D), na Cúpula Mundial de Legisladores, no Rio

Barreiras da Argentina voltam a ser discutidas 2

Brasil assume presidência da Rio+20 e busca consenso

Ideia do país é avançar o máximo possível nos temas do texto final e deixar poucas pendências para decisão dos chefes de Estado. **4**

FÓRUM SENADO BRASIL 2012

Avaliar a primeira década do século 21 e pensar o futuro

Democracia em tempos de mutações

20 de junho a 7 de agosto | às 18h30

Auditório do Interlegis

Inscrições: www.senado.gov.br/forumsenado

SENADO FEDERAL



Secc | Supres — Criação e Marketing

Palestra sobre apolitismo abre Fórum Senado Brasil

Ciclo de palestras Democracia em Tempos de Mutações tem início nesta quarta-feira — com o filósofo Francis Wolff — e prossegue até agosto com 11 pensadores brasileiros e estrangeiros

COM A PRESENÇA de pensadores brasileiros e estrangeiros, o Fórum Senado Brasil 2012 será inaugurado quarta-feira com a primeira de 11 palestras sobre o papel da democracia nos dias de hoje.

O fórum visa resgatar o papel de reflexão do Senado, que tem na origem a atribuição de atuar como conselheiro de Estado, além de legislar e fiscalizar.

“O apolitismo, a maior ameaça à democracia” é o tema da primeira palestra, com o francês Francis Wolff. O título

da palestra dá o tom do conteúdo do ciclo de debates, que abordará da ciberdemocracia à democracia-espetáculo, passando pela ética, moral e política, entre outros assuntos.

Os encontros acontecem até 7 de agosto, sempre às 18h30 no auditório do Interlegis.

— Vamos revisitar a agenda da Casa com a reflexão acadêmica do que se debate no mundo no momento, em termos políticos — explica o embaixador Jerônimo Moscardo, presidente de comissão

técnica instituída pelo presidente José Sarney para organizar seminários especiais.

Moscardo argumenta que, em tempos de CPI do Cachoeira, quando o Senado concentra esforços numa função investigativa, é preciso jogar luzes nesse processo.

— Não se trata de buscar lições, receitas, terapêuticas. O desafio é iniciar a reflexão.

Entre os conferencistas há filósofos, cientistas políticos, professores, jornalistas e físicos.

Requião propõe trocar dívida dos estados por obras

Roberto Requião (PMDB-PR) defendeu a conversão da parte da dívida que os estados têm com a União em obras de infraestrutura e no custeio de serviços públicos de saúde e educação.

— Os estados deixam de amortizar seus débitos e o valor desses débitos transforma-se em investimento. Com isso, movimenta-se o círculo virtuoso da economia, pois investimentos condicionam demandas, emprego e



José Cruz/Agência Senado

consumo — afirmou.

Requião sugere que, por meio de lei complementar ou medida provisória, a União estabeleça convênios com os estados, que investiriam as parcelas da dívida em obras

de infraestrutura, como construção e reforma de postos de saúde, escolas, hospitais, rodovias, ferrovias e portos.

Pelas regras em vigor, o senador avalia que estados e municípios precisariam de 200 anos para saldar suas dívidas com a União. Ele considera os compromissos impagáveis.

Para Requião, a União não perderia ao abrir mão de receber parcela da dívida, pois os recursos continuariam a ser investidos no país.

Delcídio destaca papel do Senado na discussão do pacto federativo



Moreira Manz/Agência Senado

Delcídio do Amaral (PT-MS) comentou a decisão do governo de aprovar “fatiadamente” medidas sobre o pacto federativo e manifestou esperança de que sejam capazes de promover o desenvolvimento e reduzir as desigualdades regionais.

— Se fizermos a lição de casa, colaborando com a política do governo, promovendo ajustes, mantendo o pacto federativo e criando melhores condições para o desenvolvimento dos estados, avançaremos bastante.

Lúcia Vânia critica governo federal por priorizar rodovias



Moreira Manz/Agência Senado

Lúcia Vânia (PSDB-GO) manifestou preocupação com o modelo de gerenciamento adotado

pelo governo para o setor de infraestrutura. Na avaliação dela, além de o investimento em rodovias, ferrovias e navegação aquaviária ser pequeno, em torno de 4% do PIB, os gastos são mal distribuídos. A senadora lembrou que o maior volume de recursos é direcionado para rodovias, ficando em segundo plano os modais mais estratégicos.

Brasil precisa começar a valorizar a inovação, afirma Cristovam



Moreira Manz/Agência Senado

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que o Brasil precisa reconhecer a importância da

inovação. Para ele, o país tem a cultura de comprar tecnologia de fora. Além disso, segundo o senador, há resistência das universidades e do setor produtivo ao tema, falta de percepção de que a inovação começa na educação de base e visão ultrapassada dos conceitos de inovação e progresso.

— As crianças não sabem o nome de um único cientista.

Comissão debate impacto de barreira imposta pela Argentina a produtos brasileiros

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realiza hoje a segunda parte da audiência pública sobre as barreiras protecionistas impostas pela Argentina aos produtos brasileiros. Segundo o presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS), as restrições ultrapassam o limite do tolerável e violam acordos do Mercosul e regras da Organização Mundial do Comércio.

Participarão do debate representantes do Ministério do

Desenvolvimento, do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita, do Sindicato dos Metalúrgicos de Santa Rosa, da Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, da Nova Central Sindical de Trabalhadores do Rio Grande do Sul, da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Rio Grande do Sul, da Federação dos Metalúrgicos do Rio Grande do Sul e da Força Sindical do Rio Grande do Sul.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO: 50 anos do Acre

11h Os senadores comemoram em sessão especial os 50 anos de criação do Acre. Às 14h, a sessão é não deliberativa.

CDH: Barreiras argentinas

9h Audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater as barreiras criadas pela Argentina aos produtos brasileiros. A secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Tatiana Lacerda Prazeres, está entre os participantes.

CÓDIGO PENAL: Reunião de juristas

10h Reunião da comissão de juristas destinada a elaborar o anteprojeto de lei do novo Código Penal.

CONSELHO DE ÉTICA: Demóstenes

14h30 Os integrantes do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar reúnem-se para leitura do relatório sobre o processo contra o senador Demóstenes Torres (sem partido-GO).

TERÇA

CMMC: Reunião na Rio+20

15h A Comissão sobre Mudanças Climáticas debate a política nacional sobre o assunto em reunião na Rio+20. As comissões de Meio Ambiente do Senado e da Câmara estarão representadas.

QUARTA

GRA/CMA: Compromissos da Rio+20

11h As comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Meio Ambiente reúnem-se para discutir as áreas de proteção permanente mundial e compromissos da Rio+20. A reunião ocorrerá na Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), no Rio de Janeiro.

AVIAÇÃO CIVIL: Subcomissão debate

14h Audiência na Subcomissão sobre a Aviação Civil debate aviação agrícola e serviços auxiliares de transporte com os presidentes do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola, Nelson Paim, e da Helimarte, Jorge Bitar Neto.

FÓRUM SENADO: Ciclo de palestras

18h30 Com renomados pensadores brasileiros e estrangeiros, o Fórum Senado Brasil 2012, com o ciclo de palestras Democracia em Tempos de Mutações — sobre grandes assuntos da atualidade —, abre os debates com o tema “O apolitismo, a maior ameaça à democracia”.

QUINTA

CMMC/CRE: Cooperação amazônica

15h30 A Comissão sobre Mudanças Climáticas debate a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), na Rio+20. A reunião será em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Ana Amélia cobra liberação de recursos para transporte

Um apelo ao governo federal para a liberação de recursos do Programa Pró-Transporte foi feito por Ana Amélia (PP-RS). A senadora explicou que 42 municípios de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul esperam, desde junho de 2011, a liberação de R\$ 1,1 bilhão para os investimentos previstos no programa, que é operado pelo Ministério das Cidades para financiar infraestrutura de mobilidade urbana.

— O prazo para repasse dos valores já teve várias



Jose Cruz/Agência Senado

prorrogações e deve encerrar no próximo dia 30 — alertou.

Ana Amélia relatou “situação insustentável” enfrentada pelos prefeitos que se comprometeram com a

população, anunciando melhorias no transporte urbano, mas estão sem recursos para realizar as obras.

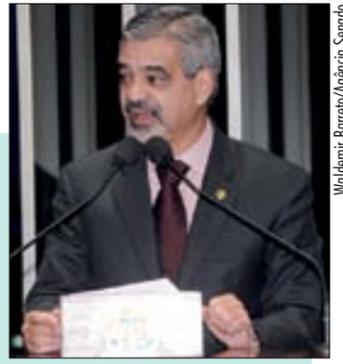
Segundo a senadora, o problema ocorreu por falta de comunicação do Ministério das Cidades com os ministérios do Planejamento e da Fazenda e de interação com as áreas de execução orçamentária.



Pedro Franco/Agência Senado



Moreira Mattiz/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

Demóstenes aponta prazo regimental para votação; Valadares e Humberto consideram a interpretação equivocada

Conselho pode votar hoje a cassação de Demóstenes

Advogados do senador entram com pedido de liminar no Supremo Tribunal Federal para adiar a votação por dez dias. Primeiro mandado de segurança, que pedia suspensão do processo, foi rejeitado

A CASSAÇÃO DO mandato de Demóstenes Torres (sem partido-GO) pode ser votada hoje no Conselho de Ética do Senado, logo após a apresentação do relatório de Humberto Costa (PT-PE) recomendando ou não a cassação, às 14h30. Se aprovado, o processo segue para o Plenário. Os advogados do senador recorreram duas vezes ao Supremo Tribunal Federal (STF) para evitar a votação de hoje.

O primeiro mandado de segurança — pedindo suspensão do processo com a alegação de cerceamento de defesa devido ao indeferimento do pedido de realização de perícia nas gravações telefônicas feitas pela Polícia Federal — foi rejeitado sexta-feira pela ministra Cármen Lúcia. Ela considerou que o assunto é questão do Senado e não cabe ao STF interferir.

No mesmo dia, os advogados apresentaram novo pedido de liminar querendo adiamento da votação por dez dias após a apresentação do relatório. Eles alegam que esse é o prazo previsto no Regimento Interno do Senado. A análise também cabe a Cármen Lúcia, que não havia se pronunciado até o fechamento desta edição.

— A defesa está interpretando o regimento a favor dela. Mas está equivocada. O texto diz que o prazo é de até dez dias. Ou seja, pode ser no primeiro, no segundo e até no nono ou décimo — argumentou presidente do Conselho de Ética, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Humberto considerou a medida protelatória, uma vez que o conselho, segundo ele, está respeitando corretamente todos os prazos previstos no

Regimento Interno.

O presidente do Conselho de Ética lamentou a atitude dos advogados de Demóstenes.

— Foi uma tentativa lamentável de impedir o conselho de exercer suas legítimas atribuições, visto que o direito de defesa do senador foi garantido em todas as etapas do processo — afirmou Valadares.

A defesa do senador alega ainda que ele está sofrendo constrangimento ilegal no Conselho de Ética em decorrência das interpretações distintas da defesa e do colegiado sobre os prazos de alegações finais e da apresentação e votação do relatório final.

Demóstenes pode perder o mandato devido a envolvimento com o contraventor Carlinhos Cachoeira, acusado de corrupção e exploração de jogos ilegais.

Tucano pede investigação do TCU no Banco do Nordeste

O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), anunciou o registro de requerimentos solicitando providências a respeito de denúncias de desvio de recursos



Waldemir Barreto/Agência Senado

do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e no Ministério do Turismo.

Um dos documentos pede ao Tribunal de Contas da União (TCU) investigações sobre possíveis fraudes ocorridas entre 2009 e 2011, que totalizam mais de R\$ 100 milhões. Depois de receber empréstimos do BNB,

empresários teriam feito doações para campanhas eleitorais do PT. De acordo com o senador, o Ministério Público Federal já está atuando no caso.

Outro requerimento solicita à Controladoria-Geral da União (CGU) cópia da auditoria que o órgão já realizou no BNB.

O terceiro pede informações ao ministro do Turismo, Gastão Vieira, sobre denúncias de favorecimento em convênios e parcerias firmados entre a pasta e o Instituto Marca Brasil.

Líder do PSDB é contra regime especial de licitações para PAC

“Flexibilizar as licitações públicas é abrir portas para a corrupção”, disse Alvaro Dias. O senador reagiu contra a inclusão, em medida provisória, de autorização para a aplicação do Regime Diferenciado de Contratações (RDC) às obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A mudança foi feita na MP 559/12, originalmente sobre as Centrais Elétricas de

Goiás (CELG).

A aplicação ao PAC do regime especial para projetos da Copa do Mundo, disse Alvaro, dispensará a apresentação de um projeto básico, permitirá alterações unilaterais e prejudicará a fiscalização tanto da execução das obras e serviços como do seu valor real, por falta de objetividade no processo licitatório e no orçamento.

Alvaro Dias: “CPI está sob orientação suspeita”

Os parlamentares que integram a CPI do Cachoeira e participaram recentemente de um almoço em Paris com Fernando Cavendish, dono da empreiteira Delta, deveriam pedir afastamento da comissão, afirmou o líder do PSDB, Alvaro Dias (PR).

O senador disse que a CPI está “sob orientação política suspeita” e lembrou que, na quinta-feira, requerimento pela convocação de Cavendish

foi rejeitado por 16 votos contra 13.

— É preciso recolocar a CPI nos trilhos, valorizando o real objeto de investigação, que é o desvio do dinheiro público por meio das operações da Delta, tendo Cachoeira como principal traficante de influência.

De acordo com a PF, a Delta, maior detentora de contratos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e com negócios em vários estados,

repassou dinheiro a empresas “fantasmas” controladas por Cachoeira.

— Fernando Cavendish teve o acinte de afirmar que compraria um senador com R\$ 6 milhões, e agora a comissão se recusa a ouvi-lo. Da Delta, o dinheiro alimentava contas bancárias de integrantes da quadrilha Carlos Cachoeira. Isso está explícito nos documentos sigilosos que chegam à comissão.

Sessão celebra 50 anos do Acre como estado

Uma sessão especial marca hoje, às 11h, a comemoração, no Senado, dos 50 anos da elevação do território do Acre à categoria de estado, ocorrida em 15 de junho de 1962. A homenagem foi proposta por Jorge Viana (PT-AC).

O Acre tem hoje cerca de 750 mil habitantes e economia baseada na extração da borracha e da castanha, na pecuária e na agricultura. De acordo com o senador, a autonomia política foi a principal bandeira do povo do então território nas décadas que seguiram a

Revolução Acriana, movimento pelo qual o Brasil garantiu, no início do século 20, o controle do território, disputado com a Bolívia.

“Os acrianos, que haviam conquistado pelas armas o direito de ser brasileiros, ao alcançar a vitória, foram transformados em cidadãos de segunda categoria. Foram necessários 58 anos de lutas para que o movimento autonomista conquistasse para os acrianos os direitos de qualquer cidadão brasileiro”, afirma Jorge Viana.

Mozarildo lembra 190 anos de loja maçônica

Os 190 anos de fundação da loja maçônica Grande Oriente do Brasil, comemorados ontem, foram lembrados na sexta-feira por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Segundo o senador, a mobilização pela independência do Brasil foi forjada dentro da Grande Oriente, que teve José Bonifácio de Andrada como primeiro grão-mestre. Outros maçons ilustres se notabilizaram na luta contra a escravidão, como Eusébio de Queirós



Waldemir Barreto/Agência Senado

e o Visconde do Rio Branco. O advento da República e campanhas pela redemocratização do país e pela anistia a presos políticos contaram com o envolvimento da Maçonaria, afirmou Mozarildo.

Em aparte, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse que houve presença marcante da Maçonaria em “todos os registros de um passo adiante na construção de uma sociedade democrática e na promoção da justiça”.

À frente da Rio+20, Brasil tenta superar impasses

País assumiu presidência do evento no final da noite da sexta-feira com a decisão de avançar em pontos polêmicos no fim de semana para que sobrassem poucas pendências para os chefes de Estado



NO COMANDO DAS negociações da Rio+20 desde a noite de sexta-feira, o

Brasil quer estabelecer uma nova ordem de trabalho para as delegações dos 193 países representados nas reuniões. O objetivo é fechar o documento-base até amanhã para evitar constrangimentos aos 115 chefes de Estado e de governo entre a quarta e a sexta-feira.

A estratégia brasileira era esgotar as negociações em busca de consenso até o fim da noite da sexta passada. Se a tática não desse certo, já havia um plano B. A ideia era que os grupos trabalhassem, a partir do fim de semana, os temas-chave sobre os quais não se obtivessem consenso. Até a sexta passada, 72% do temas do texto-base não tinham acordo. O documento precisa ser aprovado até a

próxima sexta.

O Brasil assumiu a presidência da Rio+20 após o encerramento oficial das reuniões dos comitês preparatórios. Até então, o comando estava com Coreia do Sul e Barbados.

Comandam as negociações os embaixadores André Corrêa do Lago, chefe da delegação brasileira, e Luiz Alberto Figueiredo Machado, secretário executivo da delegação. O comando geral fica a cargo do ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota.

Da quarta à sexta-feira, Dilma Rousseff assumirá o comando nas reuniões plenárias.

Os negociadores intensificaram as articulações para que o menor número de controvérsias fosse encaminhado aos líderes nas reuniões de alto nível. Os países em desenvolvimento do G77 divergiam dos países desenvolvidos sobre a questão da economia verde. Para o G77, a proposta europeia — que é a predominante

— de fixar um programa mundial com normas sobre economia verde não atende aos interesses dos países pobres. Os ricos se recusavam a aceitar propostas que aumentam recursos destinados ao crescimento sustentável. O argumento é a crise.

Na sexta, o senador Fernando Collor (PTB-AL) foi homenageado pelos 20 anos da Rio-92, que ele presidiu na condição de presidente da República.

Legislativo

Parlamentares prometem ficar de olho nos compromissos assumidos pelos governos na Rio+20. Da sexta ao domingo passados, legisladores de 80 países definiriam como fiscalizar medidas que serão aprovadas no evento e como evitar retrocessos na lei ambiental.

Cerca de 300 parlamentares eram esperados para a Cúpula Mundial de Legisladores, na Assembleia Legislativa do Rio. (com Agência Brasil)



Paulo Paim: "Parece que Argentina não quer o sucesso do Mercosul"

Paim: restrições da Argentina provocam desemprego no Sul

Paulo Paim (PT-RS) reagiu com indignação à adoção de barreiras protecionistas contra produtos brasileiros pela Argentina.

— A situação ultrapassou todos os limites do tolerável — protestou Paim, revelando uma queda de 27% nas exportações brasileiras para a Argentina entre abril de 2011 e abril de 2012, o que reduziu em 52,7% o saldo comercial no período (de US\$ 1,2 bilhão para US\$ 881 milhões).

O senador afirma que as restrições têm causado demissões em massa, principalmente nos setores têxtil, calçadista e alimentar instalados no Sul do país.

— Me parece que a Argentina não tem interesse que o Mercosul funcione. Essa política tem prejudicado até a indústria argentina, já que há insumos comprados fora que não podem ser substituídos pela produção local.

Segundo acrescentou, a Associação de Comércio Exterior do Brasil reclama uma atitude firme da diplomacia brasileira contra essas medidas unilaterais.



Aloysio Nunes: governo faz muito pouco para incentivar etanol

Aloysio critica governo por priorizar gasolina, não etanol

Representante do Senado na Rio+20, o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) lastimou as ações do governo em relação aos temas mais preocupantes a serem discutidos nesse evento.

— Vou participar com o objetivo de colaborar, mas essa colaboração não poderá ser isenta de uma crítica que faço ao desempenho dos governos do PT em relação às questões ambientais.

O senador lamentou "a paralisia e a morte lenta do etanol combustível". Ele disse que há pelo menos oito anos o governo não faz "praticamente nada" para incentivar a produção desse combustível.

Conforme explicou, o que se vê hoje é uma política deliberada de incentivo ao uso da gasolina, e não do etanol. O senador disse que essa política é ilustrada pela redução da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (Cide), um tributo da gasolina.

— O resultado é gasolina mais barata e etanol mais caro. Isso se reflete evidentemente no consumo.



Senador Rodrigo Rollemberg (D), ao lado do colega Eduardo Braga, participa da Cúpula Mundial de Legisladores, no Rio

ACONTECEU NAS COMISSÕES

Comunicação e informática: assinatura eletrônica em iniciativa popular e proibição de spams

O CONSUMIDOR E o cidadão foram contemplados, na última quarta-feira, com a aprovação de dois projetos pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). O primeiro, de Humberto Costa (PT-PE), proíbe o envio de oferta de produto ou serviço por meio eletrônico ou telefone sem a prévia autorização do consumidor. O segundo, da então senadora Serys Slhessarenko, permite a inclusão de assinaturas eletrônicas nos projetos de lei de iniciativa popular encaminhados ao Congresso.

Pela proposta de Humberto (PLS 439/11), que ainda será ainda examinada, em decisão final, pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA), o envio não autorizado de oferta será incluído entre as práticas abusivas de fornecedor, previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Sobre a proposta de Serys (PLS 129/10) — que agora será examinada

em decisão terminativa pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) — o relator na CCT, Valdir Raupp (PMDB-RO), sustenta que a medida facilita e, conseqüentemente, estimula a participação dos cidadãos no processo legislativo. As iniciativas populares devem contar com as assinaturas de, no mínimo, 1% dos eleitores brasileiros,

distribuídos por pelo menos cinco estados, com não menos do que 0,3% dos eleitores de cada um deles.

CIÊNCIA PARA CRIANÇAS

Na quinta-feira, Cristovam Burque (PDT-DF) anunciou que vai apresentar projeto obrigando todo bolsista de pós-graduação de órgão

público brasileiro a dedicar quatro horas semanais nas escolas de educação de base para falar às crianças sobre ciência. Segundo o parlamentar, a ideia do projeto surgiu a partir da exposição de Marcelo Gleiser, escritor, cientista e professor do Dartmouth College (EUA), no seminário Caminhos para a Inovação. O evento abordou os desafios do

Brasil na área de ciência e tecnologia e direcionou caminhos que serão trilhados para a inovação do setor.

Cristovam disse que, no seminário, enquanto os cientistas demonstraram ambição e fizeram propostas concretas do que é preciso fazer para o Brasil avançar em ciência e tecnologia, os funcionários de órgãos brasileiros do setor preferiram falar sobre o que foi feito e quanto já foi gasto.

— Eu pedi aos dirigentes de órgãos e eles não conseguiram oferecer propostas concretas, então a gente fica só na euforia de que o Brasil hoje está melhor que antes sem perceber que, mesmo estando melhor, o país está ficando pra trás — lamentou Cristovam.

O senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), autor da iniciativa, e Luiz Antônio Elias, secretário executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, também participaram do evento.



CCT realizou o seminário "Caminhos para a Inovação", com cientistas e representantes de órgãos de C&T do país